

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 287.868 - RJ (2013/0018292-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : IRACEMA VERONICA DIAS DO SANTOS E OUTROS
ADVOGADO : FLÁVIA MARTINS MORETH E OUTRO(S) - RJ140598
AGRAVANTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU
ADVOGADOS : DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE - RJ002255A
BIANCA FUNDÃO DE MENEZES - RJ140955
ADRIANA SANT'ANA MARQUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
RJ170147
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por IRACEMA VERONICA DIAS DOS SANTOS E OUTROS contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, c, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ Fl. 498):

APELAÇÃO CÍVEL. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta em face de COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, pelo rito sumário, em razão do falecimento do filho e irmão dos autores, vítima de queda sofrida durante viagem na composição pertencente à ré. Sentença que julgou procedente o pedido autoral, condenando a ré a indenizar aos autores pelos danos morais perpetrados, a pagar pensão mensal, despesas com luto, funeral e sepultura perpétua à primeira demandante. Inocorrência de ilegitimidade dos irmãos da vítima para figurar no pólo ativo da demanda, bem como de prescrição. Responsabilidade da empresa demandada devidamente caracterizada. Danos morais evidenciados. Quantum indenizatório majorado em relação à mãe do de cujus, para o patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e mantido em relação aos irmãos, ou seja, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um. Contabilização dos juros moratórios a partir da data da citação. Provimento parcial ao 1º recurso e desprovimento do 2º.

Opostos embargos de declaração por COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, estes foram rejeitados (fls. 545/558).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 159 do Código Civil de 1916, 944 do Código Civil de 2002, além de divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil) fixado a título de indenização por danos morais para cada um dos irmãos, é irrisório e deve ser

majorado.

Apresentadas contrarrazões às fls. 612/621.

É o relatório. Passo a decidir.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

O inconformismo não merece prosperar.

A Corte de origem deu parcial provimento ao recurso interposto pela parte autora, para majorar a indenização por danos morais estabelecida em favor da primeira autora, mãe da vítima, para o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Contudo, manteve a indenização dos irmãos da vítima no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um, por entender que o valor é adequado para reparar a lesão sofrida. Confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (fl. 507):

"Em relação ao arbitramento do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, faz-se necessário respeitar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em consideração a dimensão da lesão causada, a capacidade financeira dos prejudicados e do ofensor, sem deixar de lado o caráter pedagógico-punitivo, já pacífico em nossa jurisprudência.

Sendo assim, considerando o dano suportado pelos demandantes, que foram traumaticamente privados da convivência de um filho e de um irmão em decorrência do acidente, penso que o valor da indenização por danos morais deve ser majorado em relação à mãe do de cujus, para o patamar de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e mantido em relação aos irmãos, ou seja, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um, posto que mais adequado à reparar a lesão sofrida e atender os critérios anteriormente listados".

O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

Com efeito, somente é possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o *quantum* fixado for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos três irmãos da vítima, não é irrisório nem desproporcional aos danos sofridos.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator